



GT - DIREITOS HUMANOS, DIVERSIDADE HUMANA E SERVIÇO SOCIAL
Modalidade da apresentação: Comunicação oral

A IMPORTÂNCIA DO MOVIMENTO TRANS PARA O DIREITO À SAÚDE: considerações sobre uma trajetória de lutas

Lucas Matheus da Silveira Santos

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a trajetória do movimento de pessoas transexuais e a sua contribuição para a luta pelo direito à saúde dessa população. A metodologia do trabalho consistiu em uma pesquisa bibliográfica, onde pontos cruciais da história desse movimento foram elencados. Além disso, foram analisados alguns documentos relevantes para apreendermos o percurso investigado. Foi possível verificar que o movimento trans é de inestimável valia para a busca de condições mais justas e mais dignas para a população trans, principalmente na área da saúde, servindo de combustível para outras lutas dessa população.

Palavras-chave: Transexualidade. Movimentos sociais. Saúde.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é trazer considerações sobre a trajetória do movimento de pessoas trans, destacando as lutas travadas pelo direito dessa população à saúde. Por meio de uma pesquisa bibliográfica, reconstruímos eventos importantes para a consolidação do movimento. Além disso, analisamos alguns documentos importantes para apreendermos a questão investigada, trazendo reflexões sobre a relevância desse movimento para a história dos movimentos sociais e dos grupos que lutam pelos direitos que respaldam a diversidade sexual e de gênero.

De acordo com Gohn (2008), os movimentos sociais podem ser lidos como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural, que procuram viabilizar, estruturar formas distintas da população se organizar e expressar suas demandas. Ainda segundo a mesma autora (2011), essas manifestações produzem forças sociais organizadas que trazem um cariz de denúncia, de pressão direta e indireta. Para que possamos entender a importância dos movimentos de pessoas trans no

contexto de reivindicações ao direito à saúde, precisamos revisitar alguns pontos na trajetória do movimento LGBT.

Os primórdios do movimento LGBT nos direciona, inevitavelmente, para o movimento homossexual brasileiro, que é embebido de características do modelo estadunidense. De acordo com Conde (2004), através das considerações de Castells (1999), durante a década de 60, os movimentos de rebelião, expressos por uma latente autoexpressão e questionamento da autoridade vigente, fizeram com que muitas pessoas desejassem liberdade, na perspectiva de alcançarem uma realidade distinta da que experienciavam. Isso fez com que muitos sujeitos criassem um estilo único, ou mesmo fossem às ruas, em um ato político amplamente conhecido como "sair do armário" (p. 240).

No Brasil, o processo de redemocratização que atravessávamos no final da década de 70, trouxe consigo movimentos sociais em defesa de grupos específicos e de liberdade sexual (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013, p. 9) O primeiro vestígio dessa grande repercussão norte-americana se manifesta em 1978, através do Grupo Somos, em São Paulo, que foi considerada a primeira agremiação homossexual com intuítos políticos. É um momento marcado por traços antiautoritários e comunitaristas, que trariam uma transformação mais holística da sociedade.

No início da década de 80, a epidemia de HIV/AIDS, considerada no período por muitos como "câncer gay", estava fortemente relacionada ao público homossexual. As constantes mobilizações da população gay masculina pela prevenção da doença foi apoiada pelo governo, proporcionando um efeito sanitário positivo para os casos que vinham acometendo a sociedade em geral (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013, p. 9). Até aquele ponto, o movimento era constituído majoritariamente por homens e, com o passar dos anos, foi incorporando grupos com outras identidades sexuais e de gênero, principalmente lésbicas e travestis. As demandas provenientes desses novos integrantes ampliaram a discussão que estava sendo gestada dentro do movimento, além de fortalecer as estratégias de prevenção e cuidado relacionados à AIDS. Assim, pouco a pouco, foi se oxigenando o que conhecemos com o movimento LGBT. É válido ressaltar que, com o passar do tempo,

desdobramentos irão surgindo. Mas é importante que percebamos como o movimento LGBT é impulsionado por uma questão sanitária. Veremos como ele dialoga com a luta pelo direito ao acesso à saúde, destacando, em específico, o movimento de pessoas trans.

2 AS (TRANS)FORMAÇÕES DO MOVIMENTO TRANSEXUAL: UMA LUTA PELO DIREITO À SAÚDE

A partir de 1990, o movimento transexual começa a se instituir em coletivos, como por exemplo, a Associação das Travestis e Liberados do Rio de Janeiro (ASTRAL), através de encontros que discutissem a prevenção da AIDS, trazendo também para o governo a necessidade do atendimento de algumas demandas específicas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013, p. 10). Em 1993, realiza-se o I Encontro Nacional de Travestis e Liberados que Atuam na Prevenção da AIDS (ENTLAIDS), organizado pelo Grupo ASTRAL, reunindo travestis e transexuais de todo país.

Esse primeiro encontro objetivava mapear e empoderar [...] ativistas para atuar nas questões de segurança pública e saúde. Destaca-se que nesse período todas as ações em saúde para essa população ainda eram vistas somente a partir da perspectiva da epidemia de AIDS, então quase a totalidade das ações eram desenvolvidas pelos programas existentes nos estados e municípios, que vale destacar, não eram muitos nesse período. (ANTRA, 2018)

Na terceira edição do ENTLAIDS, debate-se acerca da criação de uma rede que pudesse agrupar demandas e inquietações da população trans. Entre outras pautas que surgiam durante as subsequentes reuniões, podemos destacar "o respeito ao nome social, a regulamentação da prostituição como trabalho profissional, acesso aos serviços de saúde, violência, educação" (ANTRA, 2018). Como vemos, são pontos que ainda fazem parte do atual movimento.

O grupo ansiava por uma articulação mais política, contudo, inexistia uma ferramenta que proporcionasse uma interlocução e comunicação entre as militantes. Inicialmente, foi criada a Rede Nacional de Travestis (RENATA), objetivando atuar na concretização desse propósito. Em 1997, pensou-se na possibilidade de alavancar o número de participantes dessa rede, já que a instituída até então, trazia pouca



agilidade para a discussão entre a militância. As representantes da organização ainda não tinham percebido a importância de se trabalhar em rede e de forma unificada. A RENATA, assim, passa a se chamar Rede Nacional de Travestis e Liberados (RENTRAL), em uma política de expansão, articulação e dinamização do movimento (ASTRAL, 2018).

Essa mudança de nomenclatura não quer dizer que se criou uma coisa diferente, pois era a mesma rede. Porém, essa modificação foi necessária para possibilitar maior organicidade a ela. Um episódio que ganhou notoriedade nacional foi quando a então presidente Jovanna Baby, conclamou todas as travestis brasileiras a rasgarem seus títulos de eleitor em sinal de protesto ao descaso a que eram relegadas, dizendo: "Se somos reconhecidas como cidadãs apenas em épocas de eleição, não queremos! Vamos rasgar o que nos dá essa única oportunidade, pois queremos ser cidadãs todos os dias!" (ASTRAL, 2018)

A RENTRAL atuou com esse nome até os anos 2000, quando o movimento organizado discute a possibilidade de ter um título que estivesse nos padrões das organizações que estavam florescendo nesse período. Assim, nasce a Articulação Nacional de Transgêneros (ANTRA). A nomenclatura *transgênero* vinha sendo discutida nas últimas reuniões, já que ampliava a quantidade de identidades embutidas, e também foi uma forma de se distanciar do caráter pejorativo que o termo *travesti* carregava. Foi também a partir desse momento que se iniciou um processo de ressignificação da palavra que traz uma bagagem cultural riquíssima¹. Somente anos depois que a ANTRA passa a ser chamada de Associação Nacional de Travestis e Transexuais.

A partir de então, intensifica-se a comunicação entre as associadas que permanecem interligadas, e com isso importantes avanços são notados através da ocupação de espaços dentro do cenário político

¹ A travesti, comumente tratada por pronomes masculinos, seria a pessoa pobre, geralmente negra ou mestiça, que faz uso exagerado do silicone, sem passabilidade feminina, vinculada à prostituição. Como podemos perceber, são delimitações datadas e carregadas de preconceito. Atualmente, travesti é uma identidade riquíssima e espacializada, que ganha contornos no contexto sociocultural latino-americano. Por mais que o termo tenha sido gestado a partir de uma confusão com a palavra francesa *travestite*, exprime novos significados culturais, ainda que seja uma expressão marginalizada. Travesti expressa uma heterogeneidade: concorda-se que é uma manifestação identitária feminina, mas nem todas as travestis se reivindicam como mulheres (TRANSFEMINISMO.COM, 2018).



nacional. E, pela primeira vez na história, travestis discutem com o governo federal a criação de uma campanha nacional para acabar com a discriminação sofrida. Assim, o Programa Nacional de DST/AIDS elabora em conjunto com a ANTRA, e lança no Congresso Nacional a campanha "Travesti e Respeito: já está na hora dos dois serem vistos juntos", em 29 de janeiro de 2004. Essa data viria a ser decretada pela diretoria como o Dia Nacional da Visibilidade Trans. (ANTRA, 2018)

Em 2004, com uma articulada participação da sociedade civil, o governo implementa o "Brasil sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB (sic) e de Promoção da Cidadania Homossexual", elaborado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH). É interessante notar como a população trans, apesar de inclusa no lastro desse programa, é invisibilizada no momento em que a relacionam com a mesma violência vivenciada por gays, lésbicas e bissexuais. Entretanto, é um projeto que marcou o processo de ampliação de políticas, programas e ações contra a discriminação, que buscavam uma equidade de acesso aos serviços públicos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013, p. 11).

Seguindo essa perspectiva, o Ministério da Saúde constitui, ainda em 2004, o Comitê Técnico de Saúde da População GLTB (sic), que tinha como objetivo inicial, elaborar uma política específica para o SUS. O movimento LGBT conquista representação no Conselho Nacional de Saúde (CNS), em 2006, atribuindo "um novo sentido de atuação do movimento nos processos de participação democrática no SUS" (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013, p. 11), permitindo um debate estratégico e permanente acerca da orientação sexual e identidade de gênero na saúde.

Em 2008 é realizada a I Conferência Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, promovendo uma grande mobilização do governo e da sociedade civil. O Ministério da Saúde traz para o debate os princípios da Política de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política LGBT), "na intenção de legitimá-la como expressão das necessidades dos grupos LGBT em relação à saúde" (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013, p. 12). Aprovada pelo CNS em novembro de 2009, a Política LGBT é estabelecida como fruto de um longo processo de lutas.

É importante destacarmos também como transfeminismo, aliado ao movimento LGBT, e aos próprios desdobramentos liderados por pessoas trans, continua defendendo as questões relacionadas a saúde. Essa vertente do feminismo procura fortalecer a libertação de todas as mulheres das amarras provenientes da sociedade patriarcal, contextualizando as vivências das mulheres trans. De acordo com o *The Transfeminist Manifesto*, redigido por Emi Koyama (2001), o transfeminismo não busca assumir o controle, mas estender e prolongar o feminismo como um todo, proporcionando uma união de todas e todos. "Pretende igualmente lutar igualmente pelas mulheres trans e não-trans e pede que estas, em troca, defendam as primeiras. O transfeminismo encarna uma junção das políticas feministas em que mulheres de diferentes origens lutam por todas, pois senão o fizemos, ninguém o fará" (KOYAMA, 2001).

As premissas bases do transfeminismo são simples. Em primeiro lugar, cremos que cada indivíduo tem o direito de definir a sua própria identidade (de gênero) e esperar que a sociedade a respeite. Tal inclui o direito de expressar o gênero sem medo de discriminação ou violência. Em segundo lugar, consideramos que temos o direito exclusivo de tomar decisões a respeito dos nossos corpos e que nenhuma autoridade política, médica ou religiosa poderá violar a integridade destes contra as nossas decisões sobre o que fazer com eles. (KOYAMA, 2001)

Em uma sociabilidade que nega a autonomia acerca dos corpos femininos, vilipêndio este, legitimado pelo Estado, as mulheres trans enfrentam inúmeros desafios, principalmente no âmbito da saúde. A patologização da experiência, que precisa ainda enfrentar uma série de processos diagnosticadores, são situações ainda vivenciadas por quem precisa acessar aos serviços de saúde disponibilizados pela rede pública de serviços. Portanto, o transfeminismo, como uma ideologia incorporada nos movimentos sociais, fomenta a política da transautonomia, como uma forma de suprimir a perversidade contida em um Estado cada vez mais engessado, e oferece a oportunidade das pessoas trans decidirem as direções de suas identidades, defendendo o acesso dessa população aos serviços públicos de saúde que necessitarem.

3 CONSIDERAÇÕES E POSSIBILIDADES SOBRE O MOVIMENTO DE PESSOAS TRANS: UMA ETERNA ARENA DE LUTAS

Com base na trajetória do movimento LGBT, bem como das articulações que surgiram dele, dando origem ao movimento de pessoas trans, e atrelado ao pensamento transfeminista, é possível realizar algumas considerações acerca da importância dos movimentos sociais no enfrentamento da questão social.

Os movimentos liderados pela população trans trazem um constante diagnóstico da realidade social, construindo propostas de superação dos problemas enfrentados pelos seus membros. Através do mapeamento dos assassinatos de pessoas trans no Brasil, é possível perceber como a segurança é uma questão intimamente ligada com a saúde pública. Esses levantamentos são essenciais para a produção de estudos que permitam a ampliação dos debates acerca do tema, fomentando denúncias e impondo a sua continuidade. A promoção de campanhas informativas, sobre as mais diversas instâncias, também é um instrumento válido para o fortalecimento das pautas e agendas defendidas pelo movimento.

A construção de ações coletivas de resistência também é uma realidade diária das organizações que lutam pelos direitos das pessoas trans. A constante realização de propostas, que possam estar gestando e expandindo os direitos dessa população, garantem um exercício mais pleno de suas cidadanias. Se faz mister, também, que as conquistas já existentes possam estar sendo defendidas, mediante políticas que fortaleçam a eficiência e a efetividade daquilo já previsto em documentos oficiais. Portanto, a colaboração do movimento para com outras redes, principalmente as que dialogam com os Direitos Humanos, promovem uma troca de experiências que enriquece o cotidiano dessas lutas.

O empoderamento de sujeitos, através da formação de coletividades, se dá por meio da ampla discussão das realidades vivenciadas pelas pessoas trans. Ao incentivar a criação de encontros e/ou manifestações que possam estar trazendo as demandas dessa população, o movimento potencializa suas bandeiras de luta. O apoio de ações que visam a melhoria da qualidade de vida das pessoas trans,

principalmente as que convivem com HIV/AIDS, engendra a criação de redes de solidariedade, fortalecendo o movimento.

O movimento de pessoas trans, sinteticamente, representa de forma simbólica sujeitos sociais e interesses. Contudo, existe uma pluralidade de identidades, realidades e vivências contidas no movimento. São recortes que atravessam as esferas de classe, raça, orientação sexual e, essencialmente, gênero. Nesse processo, busca-se a criação de uma identidade em comum, que possa estar contemplando a coletividade, trazendo uma coesão e organização do movimento, por mais que as vivências e lutas individuais e particulares sejam distintas. Temos, com isso, o engendramento de um pertencimento social, que atravessa o corpo do movimento, criando um espaço de acolhimento e segurança, tendo efeitos positivos também na forma com que ele passa a se apresentar para o restante da sociedade.

Sabemos que a mídia, de uma forma bem geral, procura satanizar os movimentos sociais. E, quando se trata de manifestações que se posicionam no espectro da diversidade sexual e de gênero, encontramos ainda mais impasses. Dentro do movimento LGBT, principalmente em eventos que buscam celebrar as siglas que oxigenam os grupos que o originam, ainda é possível identificar a invisibilização e o apagamento das pessoas trans, e isso traz críticas acerca de uma inclusão precária em um espaço que deveria garantir lugar de fala, segurança e acolhimento.

O movimento trans, em sua grande máxima, traz em sua agenda, a necessidade da denúncia de qualquer violência, seja ela perpetrada pelo preconceito ou pela discriminação, que muitas vezes, acabam se materializando em consequências mais sérias. A pluralidade de identidades de gênero, portanto, deve ser defendida.

A luta política pela criação de ambientes favoráveis às pessoas trans, portanto, ganha corpo nas ações do movimento, que procura trazer discussões acerca da necessidade do acesso dessa população ao mercado de trabalho, ou mesmo de ocupação de âmbitos comuns, como praças públicas, shoppings, cinemas, sem que esses indivíduos sejam rechaçados. A luta pelo direito à saúde, entre uma de

suas pautas, deve ser percebida como uma parte vital da longa trajetória do movimento que, como podemos ver, surge através de reivindicações dentro dessa área. Logo, a diversidade não estaciona na origem do movimento, mas se estende através da materialização de pautas e lutas plurais que ele carrega.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). **História: e assim nasceu o Movimento Nacional de Travestis e Transexuais**. Disponível em: <<https://antrabrasil.org/historia/>> Acesso em: 23 jun. 2018.

ARÁN, Márcia; MURTA, Daniela; LIONÇO, Tatiana. **Transexualidade e saúde pública no Brasil**. Ciência & Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, v.14, n.4, 2009.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. 2ª ed. Natal: EDUFRN, 2014.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. Coleção Primeiros Passos; 328. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BENTO, Berenice. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: EDUFBA, 2017.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CONDE, M. C. **O movimento homossexual brasileiro, sua trajetória e seu papel na ampliação do exercício da cidadania**. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2004.

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2008.

BENTO, Berenice. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

KOYAMA, Emi. **The Transfeminist Manifesto**. Eminism.org, 2001. Disponível em: <<http://eminism.org/readings/pdf-rdg/tfmanifesto.pdf>> Acesso em: 24 jun. 2018.

LIONÇO, Tatiana. **Atenção integral à saúde e diversidade sexual no Processo Transexualizador do SUS: avanços, impasses, desafios**. Physis Revista de Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, n.19, v.1, 2009.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **SUS: a saúde do Brasil**. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

_____. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

TRANSFEMINISMO.COM. **Travesti ou transexual? Qual a diferença?** Disponível em: <<https://transfeminismo.com/travesti-ou-transexual-qual-a-diferenca/>> Acesso em: 23 mar. 2018.